

## **13 mil formados em medicina são de faculdades com notas 1 e 2 no Enamed**



Crítico e insuficiente. Esse foi o conceito conquistado por três em cada 10 estudantes do último semestre do curso de medicina no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2025, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Os resultados foram divulgados nesta segunda-feira (13) pela pasta e revelam que, dos 39.256 concluintes de medicina que participaram da prova, 13.871 estão se formando em faculdades com conceitos 1 e 2, ou seja, abaixo da nota mínima aceitável pela própria metodologia adotada pelo MEC.

Para o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), José Hiran Gallo, os números confirmam um alerta inequívoco que a autarquia vem fazendo sobre a formação médica no Brasil. “Quando mais de um terço dos egressos de Medicina obtêm desempenho considerado insuficiente pelo próprio MEC, estamos diante de um problema estrutural gravíssimo. São mais de 13 mil graduados em medicina que receberão diploma e registro para atender a população sem terem competências mínimas para exercer a medicina. Isso é assustador e coloca em risco a saúde e a segurança de milhões de brasileiros”, alerta Gallo.

O resultado do Enamed/MEC mostra que a expansão acelerada de cursos, especialmente no setor privado, não foi acompanhada de critérios mínimos de qualidade, infraestrutura e campo de prática adequados. De 24 faculdades de medicina que tiraram nota 1 (conceito crítico), 17 são particulares. Já entre aquelas 83 que atingiram apenas o conceito 2 (insuficiente), 72 são particulares. Dos 350 cursos de medicina avaliados pelo MEC, apenas 49 conquistaram nota 5, sendo que 84% são públicos.

“O Enamed cumpre seu papel ao tornar visível uma realidade que o CFM denuncia há mais de 10 anos: a má qualidade do ensino médico vinculada à abertura indiscriminada e desqualificada de escolas sob autorização do MEC. 96% da população brasileira reconhece a necessidade e é absolutamente necessário que o Congresso Nacional aprove o Exame Nacional de Proficiência em Medicina (Profimed), que será obrigatório para concessão do registro aos novos médicos. É responsabilidade dos Conselhos de Medicina fiscalizar a atividade médica no Brasil e isso precisa ocorrer desde a concessão do registro, pois, temos que garantir que apenas profissionais capacitados se tornem médicos – fato que hoje, infelizmente, não é possível garantir”, destaca o presidente do CFM.

Os resultados divulgados hoje mostram que o MEC reconhece que 107 faculdades de medicina possuem nível crítico e insuficiente quando se trata da qualidade do ensino e outras 80 escolas atingem apenas critérios minimamente aceitáveis.

Entre as escolas notas 1 e 2, São Paulo lidera o ranking, considerando números absolutos (23 cursos com 3.437 estudantes de medicina concluindo o curso). A Bahia aparece em segundo lugar (12 cursos e 1.396 alunos), seguida de Minas Gerais (12 cursos e 1.307 estudantes) e do Rio de Janeiro (10 cursos e 1.353 concluintes).

Para segurança da população, o CFM defende que todos os cursos de medicina em funcionamento no País tenham, no mínimo, nota 4 – o que significa que, pelo menos, 75% de seus alunos obtiveram um Bom Desempenho, segundo conceito definido pela metodologia do MEC.

---

## **Câmara Técnica do CFM promove I Fórum com foco no tratamento da obesidade no SUS**

Diante do avanço da obesidade no Brasil e da crescente demanda reprimida por tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Federal de Medicina (CFM) realizará o I Fórum da Câmara Técnica de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, coordenada pelo conselheiro Antônio Henriques. O evento, com o tema central “Tratamento da Obesidade e Cirurgia Bariátrica no SUS”, reunirá especialistas, gestores e profissionais de saúde para discutir evidências clínicas, organização da rede assistencial, marco regulatório e desafios para a ampliação do acesso qualificado ao cuidado da obesidade no país.

A programação do evento parte de uma análise do cenário nacional, abordando a magnitude da obesidade como problema de saúde pública, as indicações e os resultados da cirurgia bariátrica e metabólica no SUS, além dos obstáculos ainda existentes para o acesso dos pacientes. Também estarão em debate as políticas públicas voltadas ao tema e a consolidação da Linha de Cuidado da Obesidade no SUS, com destaque para prioridades, fluxos assistenciais e integração entre os níveis de atenção.

A Atenção Primária à Saúde será tratada como eixo estruturante do cuidado, com discussões sobre diagnóstico precoce, estratificação de risco e critérios de encaminhamento. O Fórum também aprofundará o papel do tratamento clínico estruturado na APS, incluindo mudança de estilo de vida, farmacoterapia e coordenação do cuidado, e a centralidade da alimentação e da nutrição na prevenção e no enfrentamento da obesidade, considerando o ambiente alimentar e estratégias de política pública.

Outro ponto central do encontro será o debate sobre os Centros de Tratamento da Obesidade. A programação abordará os requisitos para implantação e funcionamento desses centros no SUS, como estrutura mínima, composição da equipe multiprofissional e definição de fluxos assistenciais. Modelos internacionais de centros de obesidade e cirurgia bariátrica também serão analisados, com foco em acreditação, volumes mínimos e adoção de melhores práticas.

O fórum também dedicará espaço relevante à discussão do custo-efetividade da cirurgia bariátrica e metabólica, examinando evidências econômicas, impacto sobre comorbidades como diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica e síndrome da apneia obstrutiva do sono, além da aplicação da avaliação de tecnologias em saúde na tomada de decisão, considerando custo-efetividade e impacto orçamentário.

No campo do marco regulatório, serão debatidos os critérios atuais para a cirurgia bariátrica no SUS, a habilitação de serviços e a necessidade de atualização normativa. Questões relacionadas à regulação profissional, qualidade e segurança assistencial, como credenciamento, volume mínimo de procedimentos, seguimento dos pacientes e responsabilidades éticas, também integram a programação.

“O impacto sistêmico do tratamento da obesidade será analisado sob a perspectiva clínica e populacional, incluindo redução de mortalidade, melhora de comorbidades e a importância do seguimento de longo prazo no SUS, com atenção à nutrição, saúde mental, complicações tardias e prevenção do reganho de peso. A cirurgia metabólica no diabetes tipo 2 será discutida à luz das evidências disponíveis, critérios de indicação e caminhos para uma implementação segura no sistema público”, afirma Henriques.

Segundo ele, com uma programação ampla e técnica, o I Fórum da Câmara Técnica de Cirurgia Bariátrica e Metabólica do CFM se propõe a qualificar o debate nacional sobre o tratamento da obesidade no SUS, contribuindo para a formulação de decisões baseadas em evidências, segurança do paciente e fortalecimento da rede pública de saúde.

**Fonte:** [Portal CFM](#), em 20.01.2026.